

110

LIBRO

ALFONSO DE ENRIQUETA

LIBRO DE

LIBRO DE

LIBRO DE

LIBRO DE

LIBRO DE

LIBRO DE

LIBRO DE

LIBRO DE



TRATADO
DE
ALLIANÇA DEFENSIVA
ENTRE
OS MUITO ALTOS, E PODEROSOS SENHORES
DONA MARIA
RAINHA DE PORTUGAL,
E
DOM CARLOS III.
REI DE HESPAHNA,
ASSINADO EM MADRID
PELOS PLENIPOTENCIARIOS
DE SUAS Magestades
FIDELISSIMA, E CATHOLICA,
EM ONZE DE MARÇO DE MDCCLXXVIII,
E RATIFICADO POR AMBAS AS Magestades.



L I S B O A
NA REGIA OFFICINA TYPOGRAFICA.
ANNO MDCCLXXVIII.

DONA MARIA

POR GRAÇA DE DEOS RAINHA

de Portugal, e dos Algarves, d'aquém, e d'além mar, em Africa Senhora de Guiné, e da Conquista, Navegação, e Commercio de Ethiopia, Arabia, Persia, e da India, &c. Faço saber a todos os que a presente Carta de Confirmação, Approvação, e Ratificação virem: Que em onze do presente mez, e anno se concluiu, e assignou na Corte de Madrid hum Tratado de Alliança defensiva entre Mim, e o Muito Alto, e Poderoso Principe Dom Carlos III, Rei Catholico de Hespanha, Meu Bom Irmão, e Tio, sendo Plenipotenciarios para este effeito, da Minha parte, Dom Francisco Innocencio de Sousa Coutinho, do Meu Conselho, e Meu Embaixador na dita Corte; e por parte de ElRei Catholico, Dom Joseph Moñino, Conde de Florida Branca, Cavalleiro da Sua Real Ordem de Carlos III, do seu Conselho de Estado, seu primeiro-

DON CARLOS

POR LA GRACIA DE DIOS REI

de Castilla, de Leon, de Aragon, de las dos Sicilias, de Jerusalen, de Navarra, de Granada, de Toledo, de Valencia, de Galicia, de Mallorca, de Sevilla, de Cerdeña, de Córdoba, de Córcega, de Murcia, de Jaen, de los Algarbes, de Algeciras, de Gibraltar, de las Yslas de Canaria, de las Indias Orientales, y Occidentales, Yslas, y Tierra firme del mar Oceano; Archiduque de Austria, Duque de Borgoña, de Brabante, y de Milan; Conde de Habsburg, de Flandes, del Tirol, y de Barcelona; Señor de Vizcaya, y de Molina, &c. Por quanto para tranquilidad, y beneficio comun de mis Estados, y de los de la Muy Poderosa Princeza Doña Maria, Reina Fidelísima de Portugal, se ha ajustado, y firmado en el Real Sitio del Pardo a once del presente mez de Marzo de mil setecientos setenta y ocho por mi Ministro Plenipotenciario Don Joseph Moñino, Conde de Florida Blanca, y por el Ministro Plenipotenciario de la misma Reina Fidelísima, Don Francisco Innocencio de Souza

meiro Secretario de Estado , e do Despacho , e Superintendente Geral de Correios Terrestres , e Maritimos , e das Postas , e Rendas de Estafetas em Hespanha , e Indias : Do qual Tratado o theor he o seguinte.

EM NOME DA SS. TRINDADE.



PELO Artigo I. do Tratado Preliminar de Limites , felizmente concluido entre as duas Coroas de Portugal , e Hespanha , e seus respectivos Plenipotenciarios em Santo Ildefonso no primeiro de Outubro do anno proximo passado de 1777 , se confirmarão , e revalidarão os Tratados de Paz celebrados entre as mesmas Coroas em Lisboa a 13 de Fevereiro de 1668 , em Utrecht tambem a 6 de Fevereiro de 1715 ; e em París a 10 do mesmo mez de Fevereiro de 1763 , como se se achassem insertos palavra por palavra no referido Tratado de 1777 , em quanto não fossem derogados por elle.

Os dous Tratados de Lisboa , e de Utrecht , que vão citados , e se tem agora renovado , tem sido , e especialmente o primeiro , a
ba-

Coutinho, un Tratado de Neutralidad, Garantia, y Comercio, en que se revalidan, y explican los demás Tratados precedentes, que subsistían entre España, y Portugal; el tenor de cuyo Tratado de Neutralidad, Garantia, y Comercio, palabra por palabra, és como se sigue.

EN EL NOMBRE DE LA SS. TRINIDAD.

POR el Artículo I. del Tratado Preliminar de Limites, felizmente concluido entre las dos Coronas de España, y Portugal, y sus respectivos Plenipotenciarios, en San Yldefonso a primero de Octubre del año proximo pasado de 1777, se confirmaron, y revalidaron los Tratados de Paz celebrados entre las mismas Coronas en Lisboa a 13 de Febrero de 1668, en Utrecht a 6 tambien de Febrero de 1715, y en París a 10 del propio mez de Febrero de 1763, como se se hallasen insertos palabra por palabra en el mencionado Tratado de 1777, en quanto no fuesen derogados por el.

Los dos Tratados de Lisboa, y Utrecht, que van citados, y se han renovado ahora, han sido, y especialmente el primero, la base,

base, e fundamento da reconciliação, e laços das duas Monarquias Portugueza, e Hespanhola, para chegar ao estado, em que se achão hoje, huma a respeito da outra; e por causa tão relevante, forão tambem ambos os Tratados garantidos pelos Reis da Gran Bretanha, estipulando-se formalmente esta garantia no Artigo XX. do Tratado de Utrecht de 13 de Julho de 1713, celebrado entre a Coroa de Hespanha, e a de Inglaterra.

Porém assim como o já citado de París de 10 de Fevereiro de 1763 suscitou pelas expressões do seu Artigo XXI, e outras, algumas dúvidas, e difficuldades, em cuja diversa intelligencia se tem podido fundar muitas das discordias succedidas na America Meridional entre os Vassallos de ambas as Coroas; do mesmo modo outros Artigos, e expressões dos dous Tratados anteriores de Lisboa, e de Utrecht, e varios pontos, que desde então ficárão pendentes, e não se tem explicado até agora, podião produzir no successivo iguaes, ou maiores disputas, ou ao menos o esquecimento, e inobservancia do pactuado, originando-se hum motivo de novas discordias. Desejando pois Suas Magestades Fidelissima, e Catholica precaver para sempre aquel-

fa, y fundamento de la reconciliacion, y enlaces de las dos Monarquias Española, y Portuguesa, para llegar al estado, en que se hallan hoi, una respecto de otra; y por causa tan relevante, fueron ambos Tratados garantidos por los Reyes de la Gran Bretaña, estipulando-se formalmente esta garantia en el Artículo XX. del Tratado de Utrecht de 13 de Julio de 1713, celebrado entre la Corona de España, y la de Ynglaterra.

Pero así como el ya citado de París de 10 de Febrero de 1763, fuscitó por las expresiones de su Artículo XXI., y otras, algunas dudas, y dificultades, en cuya diversa inteligencia se han podido fundar muchas de las desavenencias ocurridas en America Meridional entre los Vasallos de ambas Coronas; del propio modo otros Artículos, y expresiones de los dos Tratados anteriores de Lisboa, y de Utrecht, y varios puntos, que desde entonces quedaron pendientes, y no se han explicado hasta ahora, podrian producir en lo Succesivo iguales, ò mayores disputas, ò a lo menos el olvido, è inobservancia de lo pactado, originando-se motivos de nuevas discordias. Dezeando pues Sus Magestades Catolica, y Fidelissima precaver para siempre aquellos

aquelles riscos , e impedir as suas consequencias: tem resolutu pelo meio do presente Tratado , para cumprir religiosamente o citado Artigo I. do Preliminar de 1777, dar toda a consistencia , e explicação , que pedem os Tratados Antigos , que se tem confirmado , estabelecendo assim a mais íntima , e indissolúvel união , e amizade entre ambas as Coroas , a que naturalmente as conduzem a situação , e vizinhança dellas , os antigos , e modernos laços , e parentescos dos seus respectivos Soveranos , a identidade de origem , e o reciproco interesse das duas Nações.

Para o fim pois de reduzir a effeito tão plausiveis , grandes , e proveitosas idéas , a Muito Alta , Muito Excellente , e Muito Poderosa Princeza Dona Maria , Rainha de Portugal , e dos Algarves ; e o Muito Alto , Muito Poderoso , e Muito Excellente Principe Dom Carlos III. , Rei das Hespanhas , e Indias , ajustárão nomear seus respectivos Plenipotenciarios ; convem saber : Sua Magestade Fidelissima a Rainha de Portugal , ao Excelentissimo Senhor Dom Francisco Innocencio de Sousa Coutinho , Commendador na Ordem de Christo , do Seu Conselho , e Seu Embaixador junto a Sua Magestade Catholica ; e
Sua

los riesgos, è impedir sus consecuencias, han resuelto por medio del presente Tratado, para cumplir religiosamente el citado Artículo I. del Tratado Preliminar de 1777, dar toda la consistencia, y explicacion, que piden los Tratados Antiguos, que se han confirmado, estableciendo así la mas íntima, è indisoluble union, y amistad entre ambas Coronas, a que naturalmente las conducen la Situacion, y vecindad de ellas, los antiguos, y modernos enlaces, y parentescos de sus respectivos Soberanos, la identidad de Origen, y el reciproco interes de las dos Naciones.

A fin pues de llevar a efecto tan plausibles, grandes, y provechosas idéas, el Mui Alto, Mui Excelente, y Mui Poderoso Principe Don Carlos III., Rey de las Españas, y de las Indias, y la Mui Alta, Mui Poderosa, y Mui Excelente Princesa Doña Maria, Reina de Portugal, de los Algarbes, &c., acordaron nombrar Sus respectivos Plenipotenciarios, es a saber: Su Magestad Catolica El Rey de las Españas, al Excelentísimo Señor Don Joseph Moñino, Conde de Florida Blanca, Caballero de la Real Orden de Carlos III, Su Consejero de Estado, Su Primer-Secretario de Estado, y del Despacho, Superintendente

B

Ge-

Sua Magestade Catholica ElRei das Hespanhas, ao Excellentissimo Senhor Dom Joseph Moñino, Conde de Florida Branca, Cavalleiro da Real Ordem de Carlos III., Seu Conselheiro de Estado, Seu Primeiro Secretario de Estado, e do Despacho, Superintendente Geral de Correios Terrestres, e Maritimos, e das Postas, e Renda de Estafetas em Hespanha, e nas Indias: Os quaes instruidos das intenções de Seus respectivos Soberanos, depois de haver-se communicado os seus Plenos Poderes, e havellos julgado expedidos na devida fórma, tem convindo, em Nome de ambos os Monarcas, nos Artigos seguintes.

A R T I G O I.

COnforme ao pactuado entre as duas Corroas no dito Tratado renovado de 13 de Fevereiro de 1668, e particularmente nos seus Artigos III. VII. X. e XI.; e em maior explicação delles, seguindo a outros Tratados antigos, a que se referem os ditos Artigos, que se usavão no tempo de ElRei Dom Sebastião, e os celebrados entre Hespanha, e Inglaterra em 15 de Novembro de 1630, e em 23 de Maio de 1667, que tambem se communicarão a Portugal, declaram os dous Altos Prin-

General de Correos Terrestres, y Maritimos, y de las Postas, y Renta de Estafetas en España, y las Indias; y Su Magestad Fidelissima la Reina de Portugal, al Excelentísimo Señor Don Francisco Inocencio de Souza Coutinho, Comendador de la Orden de Christo, de Su Consejo, y Su Embaxador cerca de Su Magestad Catolica: quienes enterados de las intenciones de Sus respectivos Soberanos, despues de haberse comunicado Sus Plenipotencias, y halladolas extendidas en debida fôrma, han convenido, en Nombre de ambos Monarcas, en los Articulos siguientes.

ARTICULO I.

Conforme a lo pactado entre las dos Coronas en dicho Tratado Renovado de 13 de Febrero de 1668, y señaladamente en sus Articulos III. VII. X. e XI.; y en mayor explicacion de ellos, siguiendo otros Tratados antiguos, a que se refieren dichos Articulos, que se usaban en tiempo del Rey Don Sebastian, y los celebrados entre España, è Ynglaterra en 15 de Noviembre de 1630, y 23 de Mayo de 1667, que tambien se comunicaron a Portugal; declaran los dos Altos Principes Contrayentes por Si, y en Nombre de Sus

Principes Contratantes por Si , e em Nome de Seus Herdeiros , e Successores , que a Paz , e Amizade , que tem estabelecido , e que deverá observar-se entre os seus respectivos Vassallos em toda a extensão dos seus vastos Dominios de ambos os Mundos , haja de ser , e seja conforme á Alliança , e boa correspondencia , que havia entre as duas Coroas no referido tempo dos Reis Dom Manoel , e Dom Sebastião de Portugal , e Dom Carlos I. , e Dom Filippe II. de Hespanha ; prestando-se Suas Magestades Fidelissima , e Catholica , e seus Vassallos , os auxilios , e officios , que correspondem a verdadeiros , e fieis Alliados , e Amigos , de modo que huns procurem o bem , e utilidade dos outros , e apartem , e embaracem reciprocamente o seu damno , e perjuizo em quanto souberem , e entenderem ,

A R T I G O I I .

EM consequencia do pactuado , e declarado no Artigo antecedente , e do mais que expréssão os Tratados antigos , que se tem renovado , e outros a que elles se referem , que não fossem derogados por alguns posteriores : promettem Suas Magestades Fidelissima , e Catholica não entrar hum contra o outro ,
nem

Herederos, y Successores, que la Paz, y Amistad, que han establecido, y que deberá observar-se entre sus respectivos Subditos en toda la extension de sus vastos Dominios de ambos Mundos, haya de ser, y sea conforme a la Alianza, y buena correspondencia, que habia entre las dos Coronas en el referido tiempo de los Reyes Don Carlos I., y Felipe II. de España; Don Manuel, y Don Sebastian de Portugal; prestando-se Sus Magestades Catolica, y Fidelissima, y sus Vafallos los auxilios, y Officios, que corresponden a verdaderos, y fieles Aliados, y Amigos, de modo que los unos procuren el bien, y utilidad de los otros, y aparten, è impidan reciprocamente su daño, y perjuicio en quanto supieren, y entendieren.

A R T I C U L O I I.

EN consecuencia de lo pactado, y declarado en el Artículo antecedente, y de lo demás, que expresan los Tratados antiguos, que se han renovado, y otros, a que ellos se refieren, que no fuesen derogados por algunos posteriores, prometen Sus Magestades Catolica, y Fidelissima no entrar el uno contra el otro, ni contra Sus Estados, en qualquiera
par-

nem contra os seus Estados em qualquer parte do Mundo, em Guerra, Alliança, Tratado, nem Conselho, nem dar passagem por seus Portos, e Terras, auxilios directos, ou indirectos, nem Subsídios para isso, de qualquer classe que sejam, nem permittir que lhos dem seus respectivos Vassallos; antes bem se avisarão reciprocamente de qualquer cousa que souberem, entenderem, ou presumirem que se trata contra qualquer de ambos os Soberanos, seus Dominios, Direitos, e Possessões, seja fóra dos seus Reinos, ou nos mesmos, por Rebeldes, ou Pessoas mal intencionadas, e descontentes dos seus gloriosos Governos, mediando, negociando, e auxiliando-se de commun accordo para impedir, ou reparar reciprocamente o damno, ou prejuizo de qualquer das duas Coroas; a cujo fim se communicarão, e darão a seus Ministros em outras Cortes, como aos Vice-Reis, e Governadores das suas respectivas Provincias, as Ordens, e Instrucções, que tenham por conveniente formar sobre este assumpto.

ARTIGO III.

COm o mesmo objecto de satisfazer aos empenhos contrahidos nos antigos Tratados, e nos mais, a que se referirão aquelles, e que sub-

parte del Mundo , en Guerra , Alianza , Tratado , ni Consejo , ni dar paso por sus Puertos , y Tierras , auxilios directos , ò indirectos , ni Subsidios para ello , de qualquiera clase que sean , ni permitir que los den sus respectivos Vasallos ; antes bien se avisaran reciprocamente qualquiera cosa que supieren , entendieren , ò presumieren que se trata contra qualquiera de ambos Soberanos , sus Dominios , Derechos , y Posesiones , ya sea fuera de sus Reinos , ò ya en ellos , por Rebeldes , ò Personas mal intencionadas , y descontentas de sus gloriosos Gobiernos , mediando , negociando , y auxiliando-se de comun acuerdo para impedir , ò reparar reciprocamente el daño , ò perjuicio de qualquiera de las dos Coronas ; a cuyo fin se comunicaran , y daran a sus Ministros en otras Cortes , como a los Virreys , y Gobernadores de sus Provincias , las Ordenes , è Instrucciones , que tengan por conveniente formar sobre este asunto.

A R T I C U L O I I I .

COn el propio objeto de satisfacer a los empeños contrahidos en los antiguos Tratados , y demàs , a que se refirieron aquellos , que subsisten entre las dos Coronas , se han
con-

subsistem entre as duas Coroas, tem convindo
 Suas Magestades Fidelissima, e Catholica em
 acclarar o sentido, e vigor delles, e em obri-
 gar-se, como se obrigação, a huma garantia re-
 cípica de todos os seus Dominios de Europa,
 e Ilhas adjacentes, Regalias, Privilegios, e
 Direito, de que gozão actualmente nos mes-
 mos; como tambem a renovar, e revalidar a
 garantia, e mais pactos estabelecidos no Arti-
 go XXV. do Tratado de Limites de 13 de Ja-
 neiro de 1750; o qual se copiará na continua-
 ção deste Artigo, entendendo-se os Limites,
 que alli se signalarão, respeito á America Me-
 ridional nos termos estipulados, e explicados
 ultimamente no Tratado Preliminar do primei-
 ro de Outubro de 1777; e o theor do dito
 Artigo XXV. he como se segue: » Para mais
 » plena segurança deste Tratado, convierão os
 » dous Altos Contrahentes em garantir reci-
 » procamente toda a Fronteira, e adjacencias
 » dos seus Dominios na America Meridional,
 » conforme assima fica expressada; obrigando-
 » se cada hum a auxiliar, e soccorrer o outro
 » contra qualquer ataque, ou invasão, até que
 » com effeito fique na pacífica posse, e uso li-
 » vre, e inteiro do que se lhe pertendesse usur-
 » par; e esta obrigação, quanto ás Costas do
 » Mar,

convenido Sus Magestades Catolica , y Fide-
 lissima en aclarar el sentido , y vigor de ellos ,
 y en obligar-se , como se obligan , a una ga-
 rantia recíproca de todos sus Dominios de Eu-
 ropa , è Yslas adyacentes , Regalias , Privile-
 gios , y Derechos , de que gozan actualmente
 en ellos ; como tambien a renovar , y revali-
 dar la garantia , y demás pactos establecidos
 en el Artículo XXV. del Tratado de Limites
 de 13 de Enero de 1750 ; el qual se copiará
 à continuacion de este , entendiendo-se los Li-
 mites , que alli se establecieron , con respecto
 a la America Meridional , en los terminos es-
 tipulados , y explicados ultimamente en el Tra-
 tado Preliminar de primero de Oçtubre de
 1777 ; y siendo el tenor de dicho Artículo
 XXV. como se sigue : » Para mas plena segu-
 » ridad de este Tratado , convinieron los dos
 » Altos Contraçtantes de garantir-se recípro-
 » camente toda la Frontera , y adyacencias de
 » sus Dominios en la America Meridional ,
 » conforme arriba queda exprefado ; obligan-
 » do-se cada uno a auxiliar , y focorrer al otro
 » contra qualquier ataque , ò invasion , hasta
 » que con efecto quede en la pacífica pose-
 » sion , y uso libre , y entero de lo que se le
 » pretendiese usurpar ; y esta obligacion , en

» Mar, e Paizes circumvizinhos a ellas, pela
 » parte de Sua Magestade Fidelissima se ex-
 » tenderá até ás Margens do Orinoco de hu-
 » ma, e outra banda; e desde Castilhos até o
 » Estreito de Magalhães: E pela parte de Sua
 » Magestade Catholica se extenderá até ás
 » Margens de huma, e outra banda do Rio
 » das Amazonas, ou Maranhão; e desde o di-
 » to Castilhos até o Porto de Santos. Mas,
 » pelo que toca ao interior da America Meri-
 » dional, será indefinita esta obrigação, e em
 » qualquer caso de invasão, ou sublevação,
 » cada huma das Coroas ajudará, e socorrerá
 » a outra até se repõem as cousas em estado
 » pacífico. »

A R T I G O IV.

SE qualquer dos dous Altos Contratantes,
 sem achar-se no caso de ser invadido nas
 Terras, Possessões, e Direitos, que comprehendem a Garantia do Artigo antecedente, entrar em Guerra com outra Potencia, unicamente estará obrigado o que não tiver parte na tal guerra, a guardar, e fazer observar nas suas Terras, Portos, Costas, e Mares a mais exacta, e escrupulosa neutralidade, reservando-se
 pa-

» quanto à las Costas de Mar , y Países cir-
 » cunvecinos a ellas , por la parte de Su Ma-
 » gestad Fidelísima se extenderá hasta las Mar-
 » genes del Orinoco de una , y otra banda ; y
 » desde Castillos hasta el Estrecho de Maga-
 » llanes : Y por la parte de Su Magestad Ca-
 » tolica se extenderá hasta las margenes de
 » una , y otra banda del Rio de las Amazo-
 » nas , ò Marañon ; y desde el dicho Castillos
 » hasta el Puerto de Santos. Pero , por lo que
 » toca a lo interior de la America Meridional ,
 » será indefinida esta obligacion , y en qual-
 » quiera caso de invasion , ò sublevacion , cada
 » una de las Coronas ayudará , y socorrerà a
 » la otra hasta poner-se las cosas en el estado
 » pacífico. »

A R T I C U L O I V .

SE qualquiera de los dos Altos Contrayen-
 tes sin hallar-se en el caso de ser invadido
 en las Tierras , Posesiones , y derechos , que
 comprehende la Garantia del Artículo antecede-
 nte , entrare en Guerra con otra Potencia ,
 unicamente estará obligado el que no tuviere
 parte en la tal guerra , a guardar , y hacer ob-
 servar en sus Tierras , Puertos , Costas , y Ma-
 res la mas exacta , y escrupulosa neutralidad ,

para os casos de invasão , ou disposições para ella nos Dominios garantidos a defeza reciproca , a que estarão obrigados ambos os Soberanos em consequencia dos seus empenhos , que desejão , e promettem cumprir religiosamente , sem faltar aos Tratados , que subsistem entre os Altos Contratantes , e outras Potencias da Europa.

A R T I G O V.

SEguindo o conceito dos dous Artigos immediatos antecedentes, ainda que pelo Artigo XXII. do dito Tratado de Santo Ildefonso do primeiro de Outubro de 1777 se pactuou, que em a Ilha , e Porto de Santa Catharina, e sua Costa immediata não se consentiria a entrada de Esquadra, ou Embarcações Estrangeiras de guerra , ou de Commercio, na fôrma que alli se contém ; assim como o fim não foi de faltar á hospitalidade nos casos de necessidade absoluta , e de arribadas forçadas, evitando os abusos de Contrabando , de hostilidade , ou de invasão contra a Potencia Amiga ; tão pouco foi o de impedir ás Náos Hespanholas o tocar naquelle Porto , nem na Costa do Brazil quando o necessitassem, nem deixar de dar-lhes os auxilios , e refrescos, que
cor-

reservando-se para los casos de invasion , ò disposiciones para ella en los Dominios garantidos , la defensa reciproca à que estaran obligados ambos Soberanos en consecuencia de sus empeños , que desean , y prometen cumplir religiosamente , sin faltar à los Tratados , que subsisten entre los Altos Contrayentes , y otras Potencias de Europa.

ARTICULO V.

Siguendo el concepto de los dos Articulos inmediatos antecedentes , aunque por el Articulo XXII. de dicho Tratado de Santo Ildefonso de primero de Outubro de 1777 , se pactò , que en la Ysla , y Puerto de Santa Cathalina , y su Costa inmediata , no se consentiría la entrada de Esquadras , ò Embarcaciones Estrangeras de guerra , o de Commercio , en la fôrma que alli se contiene ; así como el fin no fuè faltar à la hospitalidad en los casos de necesidad absoluta , y de arribadas forzadas , evitando los abusos de Contrabando , de hostilidad , o de invasion contra la Potencia amiga , tam poco lo fuè de impedir à las Naves Españolas el tocar en a quel Puerto , ni en la Costa del Brazil , quando lo necesitasen , ni dexar de darlas los auxilios , y refrescos , que
cor-

correspondem a bons Amigos , e Alliados , guardando as Leis , e prohibições do Paiz a que arribassem ; o que tem julgado conveniente declarar Suas Magestades Fidelissima , e Catholica , para que por esta declaração se entenda , e regule todo o Capitulado em qualquer outra parte sobre este ponto.

A R T I G O VI.

Observar-se-ha exactamente o estipulado no Artigo XVIII. do Tratado de Utrecht de 6 de Fevereiro de 1715 , celebrado entre as duas Coroas ; e para maior explicação delle , e dos Tratados , e Concordatas antigas do tempo de ElRei D. Sebastião , declarão os dous Altos Principes Contratantes , que além dos crimes especificados nas ditas Concordatas , se comprehendem , e hão de comprehender nas expressões geraes dellas , como se individualmente se houvessem nomeado os delictos de falsa moeda , Contrabandos de extracção , ou introduccção de materias absolutamente prohibidas em qualquer dos dous Reinos , e deserção dos Corpos Militares de Mar , ou Terra , entregando-se os Delinquentes , e Desertores ; ainda que dos castigos que se hajão de impôr a estes ultimos se exceptua a pena de

corresponden à buenos amigos , y aliados , guardando las Leys , e prohibiciones del Pays à que arribasen ; lo qual han tenido por conveniente declarar Sus Magestades Catolica , y Fidelisima , para que por esta declaracion se entienda , y regule todo lo estipulado en qualquiera otra parte sobre este punto.

ARTICULO VI.

SE observará exactamente lo estipulado en el Artículo XVIII. del Tratado de Utrecht de 6 de Febrero de 1715 celebrado entre las dos Coronas ; y en mayor explicacion de el , y de los Tratados , y Concordias antiguas del tiempo del Rei D. Sebastian , declaran los dos Altos Principes Contrayentes , que a demas de los crímenes especificados en dichas Concordias , se comprehenden , y han de comprehender en las expresiones generales de ellas , como si individualmente se hubiesen nombrado los delitos de falsa moneda , Contrabandos de extraccion , ò introduccion de materias absolutamente prohibidas en qualquiera de los dos Reynos , y desercion de los Cuerpos Militares de Mar , ò Tierra , entregando-se los Delinquentes , y Desertores , bien que de los castigos que se hayan de imponer à estos ultimos ,

de morte , a que não poderão ser condemnados , offerecendo ambos os Soberanos commutalla em outra que não seja capital. Para facilitar a prompta apprehensão , e entrega de huns , e outros , tem resolutos os dous Altos Contratantes , se execute sem exigir outra formalidade , todas as vezes que os reclamar o Ministro , ou Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros de qualquer das duas Potencias , mediante Officio que passe para isto , seja directamente , ou pelos respectivos Embaixadores de ambos os Soberanos ; porém quando seião os Tribunaes os que sollicitem a entrega de algum Réo , se observarão as formalidades do estylo nas Requisitorias estabelecidas desde o tempo , em que se ajustárão as mencionadas Concordatas. Finalmente se Suas Magestades Fidelissima , e Catholica julgarem conveniente fazer no successivo alguma nova explicação sobre os particulares , de que trata este Artigo , especificando algum outro caso determinado , offerecem communicalla , e acordar-se amigavelmente , mandando observar o que reciprocamente regularem , assim como tudo o que fica já estabelecido , para cujo cumprimento expediráo desde logo as Ordens competentes.

A R-

mos , se exceptua la pena de muerte , à que no podrà condenarseles , ofreciendo ambos Monarcas conmutarla en otra , que no sea Capital. Para facilitar la pronta aprehension , y entrega de unos y otros , han resuelto los dos Altos Contrayentes se exècute , sin exigir otro requisito , todas las veces que los reclamase el Ministro , o Secretario de Estado de los Negocios Estrangeros de qualquiera de las dos Potencias , mediante Oficio que pase para ello , ya sea directamente , ò ya por los respectivos Embaxadores de ambos Soberanos : pero quando sean los Tribunales quienes soliciten la entrega de algun Rèo , se observaran las formalidades de estylo en las requisitorias establecidas desde el tiempo , en que se ajustaron las mencionadas Concordias. Finalmente si Sus Magestades Catolica , y Fidelissima tuviesen por conveniente hacer en lo sucesivo alguna nueva explicacion sobre los particulares de que trata este Artículo , especificando algun otro caso determinado , ofrecen comunicarsela , y ponerse de acuerdo amistosamente , mandando se observe lo que arreglen entre si , como todo lo que aqui vâ estipulado , para cuyo cumplimiento expediran desde luego las ordenes conducentes.

D

A R-

ARTIGO VII.

PElo Artigo XVII. do Tratado de Utrecht já referido de 6 de Fevereiro de 1715, se estabeleceo, que as duas Nações Portuguesa, e Hespanhola gozarião reciprocamente, nos seus respectivos Dominios de Europa, de todas as ventagens no Commercio, e de todos os Privilegios, Liberdades, e Izenções, que se havião concedido até então, e concederião dalli por diante á Nação mais favorecida, e mais privilegiada de todas as que commerciavão nos mesmos: E sobre o conteudo no dito Artigo, para não deixar incerteza alguma no ajustado, se pactuou por outro Artigo separado, que restabelecendo-se o Commercio entre as duas Nações, e continuando no estado que se fazia antes da Guerra, que precedeo o mesmo Tratado, subsistiria assim, até que se declarasse a conformidade, em que devia correr o dito Commercio. Em consequencia pois dos ditos Artigos, e de haver-se renovado, revalidado, ou ratificado no Artigo I. do Tratado Preliminar de Limites todo o Tratado de Utrecht, se tem promettido Suas Magestades Fidelissima, e Catholica cumprir, e observar exactamente, e em fórma especifica o contexto.

ARTICULO VII.

POr el Articulo XVII. del Tratado de Utrecht ya referido de 6 de Febrero de 1715, se capituló que las dos Naciones Española, y Portuguesa gozarian reciprocamente en sus respectivos Dominios de Europa de todas las ventajas en el Comercio, y de todos los privilegios, libertades, y esenciones, que se habian concedido hasta entonces, y concederian en adelante à la Nacion mas favorecida, y la mas privilegiada de todas las que traficaban en ellos : Y a demas de lo contenido en dicho Articulo, para no dexar incertidumbre alguna en lo convenido, se pactò por otro Articulo separado, que, restableciendo-se el Comercio entre las dos Naciones, y continuando en el estado, que se hacia antes de la Guerra, que precedió al mismo Tratado, subsistiria así hasta que se declarase la conformidad en que debia correr dicho Comercio. En consecuencia pues de dichos Articulos, y de haberse renovado, revalidado, y ratificado en el Articulo primero del Tratado Preliminar de Limites todo el Tratado de Utrecht, se han prometido Sus Magestades Catolica, y Fidelissima cumplir, y observar exactamente, y en forma especifica

to dos citados Artigos XVII. , e separado , como litteralmente consta delles.

A R T I G O VIII.

PAra fazer a declaração reservada no dito Artigo separado , da conformidade , ou do modo , em que deveria correr o Commercio entre as duas Nações , tem convindo Suas Magestades Fidelissima , e Catholica em que se tomem por norma os Artigos III. , e IV. do Tratado celebrado entre as duas Coroas em 13 de Fevereiro de 1668 , garantido pela Gram-Bretanha , e renovado , ou ratificado igualmente no Artigo I. do Tratado Preliminar de Limites , em quanto forem applicaveis , os quaes Artigos são litteralmente escritos como se seguem : » Artigo III. Os Vassallos , e Moradores das Terras possuidas de hum , e de outro Rei , terão toda a boa correspondencia , e amizade , sem mostrar sentimento das offensas , e damnos passados , e poderão commerciar , entrar , e frequentar os Limites de hum , e de outro , e usar , e exercitar Commercio com toda a segurança por Terra , e por Mar , assim , e da maneira que se usava em tempo de ElRei D. Sebastião. Artigo IV. Os ditos Vassallos , e Moradores de hum ,
» ma ,

el contexto de los citados Artículos XVII., y separado , como literalmente consta de ellos.

ARTICULO VIII.

PAra hacer la declaracion reservada en dicho Artículo separado de la conformidad , ò del modo en que deberia correr el Comercio entre las dos Naciones , se han convenido Sus Magestades Catolica , y Fidelissima en que se tomen por norma los Artículos III. , y IV. del Tratado celebrado entre las dos Coronas en 13 de Febrero de 1668 , garantido por la Gran-Bretaña , y renovado ò ratificado igualmente en lo Artículo I. del Tratado Preliminar de Limites , en quanto fuesen adaptables , los quales Artículos son à la letra como se sigue: » Artículo III. Los Vasallos , y Moradores de » las Tierras poseidas por uno y otro Rey tendran toda buena correspondencia , y amistad » sin mostrar sentimiento de las ofensas , y daños pasados ; y podran comunicar , entrar , y » frequentar los limites de uno , y otro , y » usar , y exercer el Comercio con toda seguridad por Tierra , y por Mar , en la forma , » y manera que se usaba en tiempo del Rey » D. Sebastian. Artículo IV. Los dichos Vasallos , y Moradores de una , y otra parte » ten-

» ma , e de outra parte , terão reciprocamente
 » a mesma segurança , liberdades , e Privile-
 » gios , que estão acordados com os subditos
 » do Serenissimo Rei da Gram-Bretanha , pe-
 » lo Tratado de 23 de Maio de 1667 , e do
 » outro do anno de 1630 , no em que este
 » Tratado está ainda em pé , assim , e da ma-
 » neira , como se todos aquelles Artigos , em
 » razão do Commercio , e immunidades tocan-
 » tes a elle , forão aqui expressamente decla-
 » rados , sem excepção de Artigo algum , mu-
 » dando sómente o nome em favor de Portu-
 » gal ; e destes mesmos Privilegios usará a Na-
 » ção Portugueza nos Reinos de Sua Magestade
 » Catholica , assim , e da maneira , que o
 » usavão em tempo do dito Rei D. Sebastião. »

A R T I G O IX.

EM consequencia do que está pactuado no
 Artigo antecedente , será commum ás duas
 Nações Portugueza , e Hespanhola todo o refe-
 rido Tratado de 23 de Maio de 1667 , cele-
 brado com a Gram-Bretanha , sem mais modi-
 ficações , ou explicações , que aquellas mesmas ,
 que hajão occorrido entre as duas Coroas de
 Hespanha , e Inglaterra , reservando-se ás duas
 Nações Portugueza , e Hespanhola as amplia-
 ções ,

» tendran reciprocamente la misma seguridad ,
 » libertades , y Privilegios , que estan concedi-
 » dos à los Subditos del Serenísimo Rey de
 » la Gran-Bretaña , por el Tratado de 23 de
 » Maio de 1667 , y otro del año de 1630 ,
 » en lo que no se deroga por este Tratado , de
 » la misma forma , y manera , que se todos
 » aquellos Articulos en razon del Comercio ,
 » è inmunidades tocantes à el , fuesen aqui ex-
 » presamente declarados , sin excepcion de Ar-
 » ticulo alguno , mudando solamente el nom-
 » bre en favor de Portugal. Y de estos mis-
 » mos Privilegios usará la Nacion Portuguesa
 » en los Reinos de Su Magestad Catolica ,
 » segun , y como lo practicaba en tiempo
 » del Rey D. Sebastian. »

ARTICULO IX.

EN consecuencia de lo pactado en el Ar-
 ticulo antecedente, será comun à las dos
 Naciones Española , y Portuguesa todo el re-
 ferido Tratado de 23 de Mayo de 1667 , ce-
 lebrado con la Gran-Bretaña , sin mas modifi-
 caciones ò explicaciones , que aquellas mismas
 que hayan ocurrido entre las dos Coronas de
 España , è Inglaterra , reservando-se à las dos
 Naciones Española , y Portuguesa las amplia-
 cio-

ções , que por Privilegios antigos de seus respectivos Monarcas se lhes hajão concedido , e gozado no Reinado de ElRei D. Sebastião.

A R T I G O X.

PAra cumprimento dos Artigos precedentes , e dos ditos Tratados , e para que haja a maior exacção , e clareza na sua execução , se reconhecerão as Listas , e Aranzeis de 23 de Outubro de 1668 , e quaesquer outras Pautas , que se tiverem formado para a Cobrança dos direitos dos frutos , e mercadorias , que entrassem , e sahisses de Portugal para Hespanha , ou de Hespanha para Portugal , pelos seus Portos de Mar , e Terra , e de commum acordo se regularão , ampliarão , ou modificarão , segundo o theor dos ditos Tratados , guardando proporção ás variações , que póde ter causado o tempo nos nomes , e preços dos ditos frutos , e mercadorias , augmento , ou diminuição dos seus generos , e especies , e outras particularidades.

A R T I G O XI.

NAs ditas Listas , ou Aranzeis se especificarão tambem as prohibições , que devão ficar subsistentes sobre introdução de alguns ge-

ciones , que por Privilegios antiguos de sus respectivos Monarcas se les hayan concedido , y hayan gozado en el Reinado del Rey Don Sebastian.

A R T I C U L O X.

PAra complemento de los Articulos precedentes , y de dichos Tratados , y para que haya la mayor exactitud , y claridad en su execucion , se reconoceran las Listas , y Aranceles de 23 de Octubre de 1668 , y de mas que se hubiesen formado para el cobro de derechos de los frutos , y mercaderias , que entrasen , y saliesen de España para Portugal , y de Portugal para España por sus Puertos de Mar , y Tierra , y de comun acuerdo se arreglaran , ampliaran , ò modificaran segun el tenor de dichos Tratados , guardando proporcion à las variaciones , que puede haber causado el tiempo en los nombres , y precios de dichos frutos , y mercaderias , aumento , ò disminucion de sus generos , y especies , y otras particularidades.

A R T I C U L O XI.

EN dichas Listas ò Aranceles se especificaran tambien las prohibiciones , que deben quedar subsistentes sobre introduccion de

E

al-

generos , e frutos de qualquer das duas Monarquias nos Dominios da outra ; e desde logo convierão Suas Magestades Fidelissima , e Catholica , em que das taes prohibições se levantarão todas as que não sejam absolutamente necessarias para o bom Governo interior das mesmas duas Monarquias , guardando neste ponto reciprocamente ambas as Nações huma consideração igual á que tiverem , e observarem com outras das mais favorecidas , de modo que se aparte toda a animosidade particular , e se cumprão religiosamente os Artigos dos ditos Tratados de 1667, 1668, e 1715 , em que assim está capitulado , e garantido.

A R T I G O XII.

A Ssim mesmo se formará huma Collecção dos Privilegios , de que tem gozado as duas Nações no tempo de ElRei D. Sebastião ; e a dita Collecção authorizada com as devidas solemnidades , se julgará , e terá como parte deste Tratado , do mesmo modo que o será tambem , e se terá como tal a Lista , ou Aranzel de direitos , que se tem citado no Artigo antecedente.

A R-

algunos generos , y frutos de qualquiera de las dos Monarquias en los Dominios de la otra , y desde luego se han convenido Sus Magestades Catolica , y Fidelissima , en que de tales prohibiciones se alzarán todas las que no sean absolutamente necesarias para el buen Gobierno interior de las mismas dos Monarquias , guardando-se en este punto reciprocamente ambas Naciones una consideracion igual à la que tubieren , y observaren con otras de las mas favorecidas ; de modo que se aparte toda odiosidad particular , y se cumplan religiosamente los Articulos de dichos Tratados de 1667 , 1668 , y 1715 , en que así està capitulado , y garantido.

A R T I C U L O X I I .

A Si mismo se formará una Coleccion de los Privilegios , que han gozado las dos Naciones en el tiempo del Rey D. Sebastian , y dicha Coleccion autorizada con las debidas solemnidades , se estimará , y tendrá como parte de este Tratado , al modo que lo será tambien , y se tendrá por tal la Lista , ò Arancel de derechos , que se ha citado en el Artículo antecedente.

ARTIGO XIII.

DEsejando Suas Magestades Fidelissima , e Catholica promover as ventagens do Commercio dos seus respectivos Vassallos , as quaes podem verificar-se no que reciprocamente fizerem de compra , e venda de Negros , sem ligar-se a Contratos , e Assentos prejudiciaes ; como os que em outro tempo se fizerão com as Companhias Portugueza , Franceza , e Ingleza , as quaes foi preciso extinguir , ou annullar : Convierão os dous Altos Principes Contratantes , em que , para lograr aquelles , e outros fins , e compenfar de algum modo as cessões , restituições , e renunciias feitas pela Coroa de Hespanha no Tratado Preliminar de Limites do primeiro de Outubro de 1777 , cederia Sua Magestade Fidelissima , como de facto tem cedido , e cede por Si , e em nome de seus Herdeiros , e Successores a Sua Magestade Catholica , e aos seus Herdeiros , e Successores na Coroa de Hespanha , a Ilha de Anno Bom na Costa de Africa , com todos os Direitos , Possessões , e Acções , que tem á mesma Ilha , para que desde logo pertença aos Dominios Hespanhoes do proprio modo , que até agora tem pertencido aos da Coroa de Portugal-

ARTICULO XIII.

DEseando Sus Magestades Catolica, y Fidelissima promover las ventajas del Comercio de sus respectivos subditos, las quales pueden verificar-se en el que reciprocamente hicieren de compra, y venta de Negros, sin ligar-se à Contratas, y Asientos perjudiciales, como los que en otro tiempo se hicieron con las Compañias Portuguesa, Francesa, y Ynglesa, los quales fué preciso cortar, ò anular; se han convenido los dos Altos Principes Contrayentes en que para lograr aquellos, y otros fines, y compenar de algun modo las cesiones, restituciones, y renunciaciones hechas por la Corona de España en el Tratado Preliminar de Limites de primero de Octubre de 1777 cederia Su Magestad Fidelissima, como de hecho ha cedido, y cede, por Si, y en nombre de sus Herederos, y Succesores à Su Magestad Catolica, y los suyos en la Corona de España, la Ysla de Anno Bon en la Costa de Africa, con todos los Derechos, Posesiones, y Acciones que tiene à la misma Ysla, para que desde luego pertenezca à los Dominios Españoles, del propio modo que hasta ahora ha pertenecido à los de la Corona de Portugal; y así
 mis-

tugal : E assim mesmo todo o Direito , e Acção , que tem , ou póde ter á Ilha de Fernando do Pó , no Golfo de Guiné ; para que os Vassallos da Coroa de Hespanha se possam estabelecer nella , e negociar nos Portos , e Costas oppostas á dita Ilha , como são os Portos do Rio Gabão , dos Camarões , de S. Domingos , Cabo Fermoço , e outros daquelle Destricção ; sem que por isso se embarace , ou estorve o Commercio dos Vassallos de Portugal , particularmente dos das Ilhas do Principe , e de S. Thomé , que ao presente vão , e que no futuro forem a negociar na dita Costa , e Portos , comportando-se nelles os Vassallos Portuguezes , e Hespanhoes com a mais perfeita harmonia ; sem que por algum motivo , ou pretexto se prejudiquem , ou estorvem huns aos outros.

A R T I G O X I V .

TOdas as Embarcações Hespanholas , sejam de Guerra , ou de Commercio da dita Nação , que fizerem Escala pelas Ilhas do Principe , e de S. Thomé , pertencentes á Coroa de Portugal , para refrescar as suas Tripulações , ou prover-se de Viveres , ou outros effeitos necessarios , serão recebidas , e tratadas nas ditas Ilhas

mismo todo el Derecho, y Accion, que tiene, ò puede tener à la Ysla de Fernando del Pó, en el Golfo de Guinéa, para que los Vasallos de la Corona de España se puedan establecer en ella, y negociar en los Puertos, y Costas opuestas à la dicha Ysla, como son los Puertos del Rio Gabaon, de los Camarones, de Santo Domingo, de Cabo Fermoza, y otros de aquel Distrito; sin que por eso se impida, ò estorve el Comercio de los Vasallos de Portugal; particularmente de los de las Yslas del Principe, y de Santo Tomé, que al presente van, y que en lo futuro fueren à negociar en la dicha Costa, y Puertos, comportando-se en ellos los Vasallos Españoles, y Portugueses con la mas perfecta armonía, sin que por algun motivo, ò pretexto se perjudiquen, ò estorven unos à otros.

A R T I C U L O XIV.

TOdas las Embarcaciones Españolas, sean de Guerra, ò del Comercio de dicha Nacion, que hicieren escala por las Yslas del Principe, y de Santo Tomé, pertenecientes à la Corona de Portugal, para refrescar sus Tripulaciones, ò proveer-se de Viveres, ò otros efectos necesarios, seran recibidas, y tratadas en
las

Ilhas como a Nação mais favorecida ; e o mesmo se praticará com as Embarcações Portuguezas de Guerra , ou de Commercio , que forem á Ilha de Anno Bom , ou á de Fernando do Pó pertencentes a Sua Magestade Catholica.

ARTIGO XV.

A Lém dos Auxilios que reciprocamente se haverão de dar as duas Nações Portugueza , e Hespanhola nas ditas Ilhas de S. Thomé , e do Principe , e nas de Anno Bom , e de Fernando do Pó : Convierão Suas Magestades Fidelissima , e Catholica , em que nas mesmas possa haver entre os Vassallos de ambos os Soberanos , hum trafico , e Commercio franco , e livre de Negros ; e no caso de trazellos a Nação Portugueza ás referidas Ilhas de Anno Bom , e de Fernando do Pó , serão comprados , e pagos prompta , e exactamente , com tanto , que os preços sejam convencionaes , e proporcionados á qualidade dos Escravos , e sem excessão aos que costumem subministrar , ou subministrarem outras Nações em iguaes vendas , e lugares.

las dichas Yslas como la Nacion mas favorecida ; y lo mismo se praticará con las Embarcaciones Portuguesas de Guerra , ò de Comercio , que fueren à la Yslà de Anno Bon , ò à la de Fernando del Pó , pertenecientes à Su Magestad Catolica.

ARTICULO XV.

A Demas de los auxilios , que reciprocamente se habran de dar las dos Naciones Española , y Portuguesa en dichas Yslas de Anno Bon , y Fernando del Pó , y en las de Santo Tomé , y del Principe : se han convenido Sus Magestades Catolica , y Fidelissima , en que en las mismas pueda haber entre los subditos de ambos Soberanos , un trafico , y Comercio franco , y libre de Negros ; y en caso de traerlos la Nacion Portuguesa à las referidas Yslas de Anno Bon , y de Fernando del Pó , se-
ran comprados , y pagados pronta , y exactamente ; con tal , que los precios sean convencionales , y proporcionados à la calidad de los Esclavos , y sin exceso à los que acostumbren suministrar , ò suministraren otras Naciones en iguales ventas , y parages.

ARTIGO XVI.

I Gualmente offerece Sua Magestade Catholica , que o consumo do Tabaco de Folha que fizer para o dito Commercio nas referidas Ilhas , e Costa immediata de Africa , será por espaço de quatro annos , do que produzem os Dominios do Brazil ; para cujo fim se regulará hum Contrato formal com a Pessoa , ou Pessoas , que destinar a Corte de Lisboa ; no qual se especificaráõ as quantidades de Tabaco , preço , e mais circumstancias , que correspondão a este ponto : e passados os ditos quatro annos , com maior conhecimento se poderá tratar de prorogar , ou não , o contrato , que desde logo se fizer , e de ampliar , modificar , ou acclarar as suas Condições.

ARTIGO XVII.

P Odendo os Artigos deste Tratado , ou alguns delles ser applicaveis a outras Potencias , que os dous Altos Contratantes tenham por conveniente convidar á sua accessão , se reservão Suas Magestades Fidelissima , e Catholica pôr-se de acordo sobre este ponto , e regular em todas as suas partes o modo de executallo com respeito ao interesse reciproco
das

ARTICULO XVI.

Y Gualmente ofrece Su Magestad Catolica , que el consumo de Tabaco de Hoja , que hiciere para dicho Comercio en las referidas Yslas , y Costa inmediata de Africa , será por espacio de quatro años , del que producen los Dominios del Brasil ; a cuyo fin se arreglarà contrata formal con la Persona , ò Personas , que destinare la Corte de Lisboa , en la que se especificaràn las cantidades de Tabaco , precios , y demas circunstancias , que correspondan à este punto : y pasados dichos quatro años , con mayor conocimiento se podrá tratar de prorogar , ò nò , el Contrato , que desde luego se hiciese , y de ampliar , modificar , ò aclarar sus Condiciones.

ARTICULO XVII.

PUdiendo los Articulos de este Tratado , ò algunos de ellos ser adaptables à otras Potencias , que los dos Altos Contrayentes tengan por conveniente convidar à su accesion , se reservan Sus Magestades Catolica , y Fidelissima poner-se de acuerdo sobre este punto , y arreglar en todas sus partes el modo de executar lo con respecto al interes reciproco de las

das duas Coroas , e daquella , ou aquellas , que houverem de ser convidadas , e desejarem acceder.

A R T I G O XVIII.

AMbos os Principes Contratantes cuidarão de publicar nos seus Dominios , e fazer saber a todos os seus Vassallos , os Pactos , e Obrigações deste Tratado , encarregando-lhes a maior exacção na sua observancia , e execução , e fazendo castigar rigorosamente aos que contravierem ao mesmo.

A R T I G O XIX.

OPresente Tratado se ratificará no preciso termo de quinze dias , depois de firmado , ou antes se for possível.

Em fé do que Nós-outros os infrascriptos Ministros Plenipotenciarios firmámos com o nosso punho em Nome dos Nossos Augustos Amos , e em virtude dos Plenos Poderes com que para isso nos authorizárão , o presente Tratado , e o fizemos sellar com o Sello das nossas Armas. Feito no Real Sitio do Pardo a 11 de Março de 1778.

L. S. D. Francisco Innocencio de Sousa Coutinho.

E

dos Coronas , y de aquella , ò aquellas , que hubieren de fer convidadas , y desearen acceder.

ARTICULO XVIII.

AMbos Principes Contrayentes cuidaran de publicar en sus Dominios , y hacer saber a todos sus Vasallos , los Pactos , y obligaciones de este Tratado , encargando la mayor exactitud en su observancia , y execucion , y haciendo castigar rigurosamente à los contraventores.

ARTICULO XIX.

EL presente Tratado se ratificarà en el preciso termino de quince dias , despues de firmado , ò antes si fuere posible.

En fé de lo qual Nos-otros los infrascriptos Ministros Plenipotenciarios firmamos de nuestro puño en Nombre de Nuestros Augustos Amos , y en virtud de las Plenipotencias con que para ello nos autorizaron , el presente Tratado , y le hicimos sellar con los Sellos de nuestras Armas. Fecho en el Real Sitio del Pardo à 11 de Marzo de 1778.

L. S. *El Conde de Florida Blanca.*

Por

E Sendo-me presente o mesmo Tratado, cujo theor fica affima inferido, e bem visto, considerado, e examinado por Mim tudo o que nelle se contém, o approvo, ratifico, e confirmo, assim no todo, como em cada huma das suas clausulas, e estipulações; e pela presente o dou por firme, e válido para sempre: Promettendo em fé, e palavra Real observallo, e cumprillo inviolavelmente, e fazzo cumprir, e observar, sem permittir que se faça cousa alguma em contrario, por qualquer modo que possa ser; renunciando a qualquer outro Tratado, ou Determinação, que haja, ou possa haver em contrario. E em testemunho, e firmeza do sobredito, fiz passar a presente Carta por Mim assinada, sellada com o Sello grande das Minhas Armas, e referendada pelo Meu Secretario, e Ministro de Estado abaixo assinado. Dada no Palacio de Nossa Senhora da Ajuda aos vinte e quatro de Março do Anno do Nascimento de Nosso Senhor **J**ESUS Christo de mil setecentos setenta e oito.

A RAINHA . . .

L. ✕ S.

Ayres de Sá e Mello.

POr tanto, habiendo visto , y examinado el referido Tratado de Neutralidad , Garantia , y Comercio , en que se revalidan , y explican los demas Tratados precedentes que subsistian entre España , y Portugal , he venido en aprobarle , y ratificarle , como en virtud de la presente le apruebo , y ratifico en la mejor , y mas amplia forma que puedo , prometiendo en fé , y palabra Real cumplir enteramente todo lo que contiene. Y para mayor firmeza de lo qual , mandè despachar la presente firmada de Mi Mano , sellada con Mi Sello Secreto , y refrendada de Mi infrascrito Secretario de Estado , y del Despacho de las Yndias. En el Pardo à veinte e quatro de Marzo de mil setecientos setenta y ocho.

YO ELREY.

L. ✕ S.

Joseph de Galvez.

CB
P8539

1778

1
1-SIZE

69.825
A. Rosenthal
5/16/69